

ELEMENTOS DA ESCRAVIDÃO NO RIO GRANDE DO SUL: A LIDA COM O GADO E O “SEGURO” CONTRA A FUGA NA FRONTEIRA COM O URUGUAI

Luiz Paulo Ferreira Nogue¹
Vinícius Migó¹
Ezequiel Giacomolli
Marcos Smith Dias
Diego Rodrigues
Maurício Silveira Pinto

Resumo: neste artigo contesta-se, a partir de dados coletados em fontes primárias, a suposição de que a região da fronteira com o Uruguai apresentava-se como local por demais inseguro para a propriedade escrava. Além disto, endossa-se a contestação da inviabilidade do uso de escravos na lida direta com o gado, feita recentemente pela historiografia.

Palavras chave: História do Rio Grande do Sul, Escravidão no Rio Grande do Sul.

Abstract: this article puts in doubt, using notarial data, the assumption that the region of the frontier between Rio Grande do Sul and Uruguay was unsafe for the slave property. Besides, it supports the contestation about the impossibility of the slave work in cattle ranching, a point recently made by the local historiography.

Key Words: Slavery in Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul's History in XIXth Century

¹ Os autores agradecem às seguintes instituições: à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pela bolsa de doutorado concedida a Luiz Paulo Ferreira Nogue¹, professor adjunto do Departamento de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), à Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF), à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) e à Pró-reitoria de Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PROPESQ/UFRGS) pelas bolsas de iniciação científica concedidas nos anos de 2004, 2005 e 2006 aos estudantes de graduação em economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) Ezequiel Giacomolli, Marcos Smith Dias, Diego Rodrigues, Vinícius Migó¹ e Maurício Silveira Pinto. Os autores lamentam a interrupção das pesquisas, ocorrida a partir de abril de 2006, em virtude da política de contenção de gastos empreendida pelos governos do Estado do Rio Grande do Sul e pelo do Distrito Federal.

1. Introdução

No Rio Grande do Sul, percebem-no os que visitam o estado ou nele residem, há um assunto de delicada abordagem resumido na seguinte pergunta: em que medida a sociedade gaúcha é distinta da brasileira²? As respostas são múltiplas, conforme o enfoque adotado. A defesa e a exaltação das diferenças entre uma e outra cabe, muitas vezes, à indústria cultural e ao Movimento Tradicionalista Gaúcho. Aquela, por meio do turismo, de filmes, de músicas, de romances, etc. faz da diferença a essência de suas atividades e mesmo o seu principal atrativo para efeito de consumo. O Movimento Tradicionalista que, distintamente da indústria cultural, não age por lucro, caracteriza-se pela defesa de certos aspectos da cultura gaúcha ligados às lides campeiras. Em ambos os campos pode-se constatar a anulação da presença da escravidão como elemento constitutivo da identidade do Rio Grande do Sul³.

De fato, a compreensão dos gaúchos, e mesmo dos demais brasileiros, sobre a história do Rio Grande do Sul, não contempla a escravidão como elemento de identidade do estado com o resto Brasil. O efeito do debate acadêmico em torno da instituição faz pouca diferença, pois é característica local e de todos os outros estados brasileiros, a ausência do hábito da leitura por motivos diversos, ainda que seja de bom nível a argumentação dos acadêmicos gaúchos em favor da singularidade do Rio Grande do Sul.

Em um país onde os heróis nacionais não são levados à sério pela população e onde o calendário cívico é pautado pelo Estado, causa espanto a comemoração do 20 de setembro no Rio Grande do Sul. Esta é a data do início da Revolução Farroupilha, uma fronda senhorial que, sob a ótica do movimento tradicionalista, opôs todo o Rio Grande do Sul à “tirania imperial” entre 1835 e 1845. Em Porto Alegre, a mui leal e valerosa⁴ cidade invadida por Bento Gonçalves no dia acima mencionado, ocorre um desfile de carros alegóricos e de gaúchos pilchados⁵ a cavalo que nada deixa a dever ao carnaval, no que respeita à grandiosidade e à seriedade com que seus membros desempenham os papéis que escolhem representar.

Neste artigo, apresentaremos elementos que põem em dúvida parte da argumentação acadêmica e do entendimento popular sobre a escravidão no Rio Grande do Sul. Ele se dedica a demonstrar que o trabalho escravo esteve presente em solo gaúcho, apesar da ausência de latifúndios escravistas à maneira das fazendas de café de São Paulo e do Rio de Janeiro, ou dos engenhos de açúcar e fazendas de cana do litoral do Nordeste. Para afirmá-lo, fizemos uso de uma amostra de 7677 cativos, a qual foi obtida por meio dos dados registrados nos inventários *post-mortem* gaúchos guardados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. As comarcas que produziram tais peças jurídicas foram as de Porto

² Em estudos feitos por gaúchos que comparam aspectos do Rio Grande do Sul ao restante do Brasil, é muito comum a omissão do termo “restante”. Assim, tais estudos comparam o Rio Grande do Sul ao Brasil. A linguagem revela formas de pensamento nem sempre explícitas. A supressão do termo mencionado dá a impressão de que o Rio Grande do Sul não faz parte do país.

³ É curioso que, no início dos anos 60, quando Fernando Henrique Cardoso defendeu sua tese de doutorado, intitulada Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional, o problema do ocultamento do papel do negro na História do Rio Grande do Sul já estivesse presente.

⁴ Título concedido pelo Império à cidade pela resistência a Bento Gonçalves.

⁵ Isto é, vestidos com toda a indumentária tradicionalista.

Alegre, Rio Grande, São Leopoldo, Rio Pardo, Pelotas e Bagé, sendo que os escravos foram divididos entre elas segundo dois períodos⁶ conforme a tabela abaixo:

Tabela 1: Quantidades de escravos segundo diferentes períodos e as comarcas em que foram inventariados

Períodos	1797 a 1849			1850 a 1887		
	Masc	Fem	Ignorado	Masc	Fem	Ignorado
Pelotas	1141	447	22	719	328	0
Bagé	98	57	0	195	178	0
Porto Alegre	573	357	2	474	340	2
Rio Grande	274	150	0	328	215	1
Rio Pardo	829	507	0	189	174	0
São Leopoldo	0	0	0	44	33	0
Totais	2915	1518	24	1949	1268	3

Fonte: Inventários post-mortem guardados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

A parte seguinte a esta introdução apresentará criticamente a elaboração acadêmica de maior relevância na defesa da singularidade da sociedade gaúcha, enfatizando o que diz sobre a História do estado no século XIX. A terceira parte apresentará um modelo que refuta parte do que tal produção acadêmica afirmou, fazendo uso, para tanto, de técnicas econométricas. Apresentaremos, em seguida, nossas conclusões.

2. A singularidade do Rio Grande do Sul na ótica de Décio Freitas e dos economistas da FEE⁷.

Na ótica de Décio Freitas, Luiz Roberto Targa e Ronaldo Herrlein Júnior, dentre outros, o Rio Grande do Sul diferencia-se do Brasil por sua História remota e recente. Os dois primeiros entendem que nos séculos XVIII e XIX não houve, na capitania e província, a sobreposição de latifúndio e escravidão tal como nas áreas de *plantation*, ainda que isoladamente ambas as instituições tenham existido. O segundo e o terceiro, assim como Pedro César Dutra Fonseca, por outro lado, identificam na ditadura positivista do (PRR) Partido Republicano Rio-Grandense, as raízes de algumas das instituições introduzidas por Vargas na federação quando presidente da república entre 1930 e 1945, a exemplo da Justiça do Trabalho e dos Decretos-Lei.

Concordamos com os autores no que tange à originalidade do Rio Grande do Sul na República Velha. Afinal, como exposto por Targa, que outros estados da federação suprimiram do parlamento local, formalmente e de fato, a faculdade de propor, aprovar e rejeitar leis? Além disto, quantos viveram duas guerras civis no período, sendo que a primeira, a Revolução Federalista, ceifou uma quantidade nada desprezível de vidas? Por fim, quantos estados, na transição do Império para a República, viram a derrota de suas

⁶ Adotamos esta periodização pela importância que a abolição definitiva da escravidão no Uruguai, em 1846, tem para nossos argumentos. Embora abolida na Independência daquele país, continuou existindo sob diferentes formas até o ano mencionado, e mesmo depois, gerando processos judiciais com os mais diferentes argumentos de parte dos escravizados e de seus senhores. Cf. Borucki, Stalla e Chagas, 2004.

⁷ FEE – Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul. Optamos por assim denominar esta sessão em virtude do peso que os economistas da FEE tiveram na elaboração e publicação de duas das principais obras acadêmicas de referência na defesa da idéia da singularidade da cultura e da sociedade do Rio Grande do Sul, ainda que nem todos os que contribuíram com artigos para elas sejam filiados à instituição.

antigas elites hegemônicas no plano político, militar e econômico? Discordamos, todavia, da extensão, para o período do regime servil, de tal originalidade, pois entendemos que vários dos traços da escravidão no Rio Grande do Sul são universais, isto é, extrapolam as fronteiras regionais e mesmo nacionais, sendo encontrados nos Estados Unidos e em Cuba, por exemplo.

Quanto a este ponto, os argumentos mais fortes que refutaremos são apresentados por Luiz Roberto Targa e por Décio Freitas, sendo também encontrados em Caio Prado Júnior e Celso Furtado. Os dois últimos afirmam que, dado o caráter da pecuária extensiva, o emprego da mão-de-obra escrava era impossível⁸. De fato, Celso Furtado, quando o afirma, está se referindo à pecuária desenvolvida no Vale do rio São Francisco. Caio Prado Júnior, por seu turno, admite que, em Minas Gerais, encontravam-se exemplos de associação da pecuária com a escravidão, mencionando no entanto que isto era possível dado o caráter intensivo da produção leiteira em determinadas regiões daquela província. Dizia, todavia, que tanto no Nordeste quanto no Sul, onde a criação de gado era extensiva, o uso de escravos era secundário.

Décio Freitas propõe de maneira clara a diferenciação entre as unidades produtivas pastoris do Rio Grande do Sul e as unidades produtivas do Nordeste e do Sudeste, produtoras de cana-de-açúcar e de café. Segundo ele, dado o espraiamento do rebanho em uma extensa área, reproduzir nas estâncias o mesmo mecanismo de vigilância imperante sobre os escravos dos engenhos e fazendas de café era impossível. Dado o elevado custo de vigilância que incidiria sobre os cativos⁹, era necessário recorrer a outro tipo de trabalhador, o peão livre, sendo este o personagem idealizado pelo Movimento Tradicionalista e pela indústria cultural.

Luiz Roberto Targa vai além do que diz Freitas para afirmar a originalidade do Rio Grande do Sul já no século XIX. Segundo este autor, Freitas estava correto na caracterização das unidades produtivas gaúchas. Nas estâncias, o trabalho escravo diretamente com o gado era impossível, já que, predisposto à fuga, não deixaria de empreendê-la se lhe fosse servida a ocasião. Por isto, nas estâncias os escravos eram mão-de-obra auxiliar da mão-de-obra livre, ocupando-se de tarefas domésticas, assim como da produção de alimentos. Mas o Rio Grande do Sul, assinalou Targa, não se resumia às estâncias de criação. No final do século XVIII, um português emigrado do Ceará por causa da seca que já naquela época dizimava o rebanho bovino nordestino, mudou-se para as margens do canal de São Gonçalo, fundando a primeira charqueada gaúcha. O setor charqueador, que foi aquele que produziu as maiores fortunas do Rio Grande do Sul no século XIX, empregava intensivamente escravos e se transformou no setor chave da economia da província no Dezenove. Por fim, além das estâncias e das charqueadas, algo realmente novo surgiu na paisagem social brasileira: a existência de um setor policultor minifundista na Serra Gaúcha, o qual foi desenvolvido pelos imigrantes alemães e italianos em virtude das instituições estabelecidas em 1824, quando da fundação da Colônia de São Leopoldo a menos de 30 Km de Porto Alegre. Segundo Luiz Roberto Targa, a intenção do

⁸ Luiz Roberto Targa não afirma que escravidão e pecuária eram fenômenos imiscíveis. O que ele afirma como elemento de diferenciação do escravismo gaúcho em relação ao das *plantations*, é que as estâncias não excluíam o trabalho livre, tal como ocorria nas fazendas de cana e de café.

⁹ “No pastoreio, seria necessário colocar um feitor ao lado de cada escravo pastor, já que sem a vigilância e a supervisão o mesmo obviamente trabalharia pouco e mal, usando com toda a probabilidade o cavalo para fugir através das dilatadas, indivisas e desocupadas campanhas, cruzando a raia em busca de uma liberdade assegurada legalmente nas terras platinas.” In: FREITAS, 1981 – Pág. 35.

governo imperial, inspirado pela experiência do Império Austro Húngaro na fixação de suas fronteiras com o Império Turco-Otomano, era criar uma zona de pequenos proprietários fiéis ao Império¹⁰. Ao que parece, duvidava-se da fidelidade dos grandes proprietários da região sul do Rio Grande do Sul, o que demonstra uma certa clarividência por parte do governo do Rio de Janeiro, já que posteriormente seria parte destes grandes proprietários que fundaria a República Piratini.

Há ainda a considerar, para a caracterização da sociedade e da economia do Rio Grande do Sul no século XIX, o papel da fronteira. Dada a indefinição da mesma, era relativamente freqüente, apontam Targa e Freitas, que os peões se transformassem em soldados lutando nas batalhas que seus senhores determinassem. Assim, às dificuldades de emprego de mão-de-obra escrava na pecuária soma-se a incerteza dos direitos de propriedade em virtude das relações internacionais do Impérios Português e Espanhol¹¹, antes das independências, e do Brasil com as repúblicas do Prata, após o fim da colonização. Há que se ressaltar, ainda, segundo os autores, que o peso da escravidão no Brasil era bastante distinto daquele no Prata, sendo, os países desta região, suposto local de fuga dos escravos sul-rio-grandenses.

Resumidamente, portanto, afirma-se que o Rio Grande do Sul era distinto do Brasil das *plantations*, também no Dezenove, por não comportar grandes propriedades produtoras de mercadorias exportáveis empregando mão-de-obra escrava. A economia do Rio Grande do Sul se caracterizaria no século XIX, portanto, pela presença de grandes propriedades onde os escravos tinham papel secundário por razões técnicas, às quais se somavam razões políticas, sendo o setor charqueador, embora importante pelo produto econômico, incapaz de desempenhar em território gaúcho o papel que coube às fazendas de cana e de café no plano institucional. Por fim, as colônias alemãs e italianas minifundistas e policultoras destoavam radicalmente da paisagem social do resto do país.

O que poremos em dúvida é, em primeiro lugar, a idéia de que a escravidão era incompatível com a pecuária extensiva. De fato, embora as estâncias não comportassem o mesmo número de escravos presentes nos engenhos nordestinos, elas faziam uso da mão-de-obra escrava na lida direta com o gado, como os dados que apresentaremos abaixo o demonstram. Em segundo lugar, questionamos a idéia de que a fronteira tornava a propriedade escrava por demais insegura.

Saint-Hilaire, o famoso botânico francês que percorreu, entre 1816 e 1822, as províncias/capitanias do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, São Paulo/Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além do Uruguai, percebeu, logo que saiu de Porto Alegre com destino a Rio Grande, pelo caminho da grande restinga que separa a lagoa dos Patos do Oceano Atlântico, que os escravos gaúchos, a exemplo dos demais habitantes da província, andavam a cavalo. O espanto do botânico francês decorreu,

¹⁰ Os historiadores José Murilo de Carvalho e Luiz Felipe de Alencastro, na obra Conversas com historiadores brasileiros, relatam quão espantoso era para os brasileiros de meados do século XX conhecer as regiões de imigração alemã da Região Sul do Brasil.

¹¹ O comerciante Vicente José da Maya, residente em Rio Grande e cujo inventário foi feito em 1812, teve parte de seu patrimônio confiscado por uma guarda espanhola: parte dos animais de que era dono encontrava-se em terras de terceiros, em Santa Maria, quando foi confiscada. Não sabemos se a referência diz respeito a Santa Maria da Boca do Monte, atual município de Santa Maria no centro do estado, ou se é algum distrito da então comarca de Rio Grande, nas proximidades da sede do atual município de Rio Grande. Cf.: Inventário de Vicente José da Maya, número 20, maço 1, estante 6 de Rio Grande, guardado no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

certamente, do fato de que em outros lugares do Brasil, os escravos a cavalo deveriam ser raros¹². Imagina-se que permitir a um escravo estar a cavalo é oferecer-lhe a chance de fugir¹³. Uma vez que as tarefas do trabalhador campeiro eram feitas quase sempre pelo indivíduo isolado e sobre montaria, entende-se a impossibilidade de aplicar sobre ele os mesmos mecanismos de vigilância existentes nas grandes propriedades escravistas brasileiras¹⁴.

Helen Osório, em sua tese de doutorado, apontou para o equívoco dos autores que defendem a inviabilidade técnica mencionada acima. Ela encontrou, ao contrário do suposto por Décio Freitas e por Luiz Roberto Targa, um número considerável de escravos campeiros dentre os escravos de que teve notícia, havendo poucos deles como lavradores, agricultores, roceiros etc¹⁵. As afirmações da professora Helen Osório são confirmadas pelos dados a que tivemos acesso. Dos 7677 escravos cujos registros pudemos ver, 1145 foram registrados com seus ofícios e profissões, conforme a tabela 1 do apêndice. Destes, nada menos que 262 (22,88%) foram declarados campeiros, havendo, além disto, mais 3 escravas campeiras, 1 escravo que além de campeiro era domador e um terceiro que também era roceiro. Foram registrados, ainda, 18 escravos domadores. Se dar ao escravo um cavalo é querer que ele fuja, o que pensar de quem dava aos cativos barcos? Nos registros que pesquisamos, encontramos 89 escravos marinheiros além de 6 canoeiros e mais 6 capitães¹⁶. Há, ainda, 3 que foram declarados carroceiros. Já os escravos cujos ofícios relacionavam-se com a agricultura e com os serviços domésticos eram em número menor: apenas quatro agricultores, 85 roceiros, três roceiras, 18 serviçais, 14 lavadeiras, 5 engomadeiras, 22 cozinheiras e 40 cozinheiros¹⁷.

Em outros termos, podemos afirmar que, ao contrário do que supuseram Celso Furtado e Caio Prado Júnior, a criação de bois e cavalos de maneira extensiva não era incompatível com a escravidão, dado o fato de que um número considerável dos escravos de nossa amostra tinham, por ofício, o trabalho direto com o gado. Por outro lado, ao contrário do suposto por Freitas e Targa, e levando em conta os dados de que dispomos,

¹² “Havendo eu me perdido, dirigi-me a uma casa que avistei ao longe; aí uma mulher trabalhava acorçada sobre um pequeno estrado. Recebeu-me com delicadeza, mas sem levantar-se, e deu-me um negro para me ensinar o caminho. Ao ficarmos sozinhos, apressou-se em demonstrar sua admiração por ver-me a pé, pois nesta região, toda gente, mesmo pobre, inclusive os escravos, não dão um passo sem ser a cavalo.” Cf. Saint-Hilaire, 1987 – pág. 52.

¹³ “O instrumento básico do trabalho do peão era o cavalo. Pensamos que ele podia ser transformado facilmente em meio de fuga para uma região não escravista.” In: Targa, L.R.P.: As diferenças entre o escravismo gaúcho e o das *plantations* do Brasil, pág. 57.

¹⁴ Ainda que a vigilância do feitor sobre os escravos das regiões canavieiras e cafeeiras fosse um fato, não é verdade que a escravidão só vingasse se o escravo fosse fortemente vigiado. Além do escravo campeiro, que é típico do Rio Grande do Sul, temos os escravos de ganho em vários núcleos urbanos, assim como os escravos pescadores do Recôncavo Baiano etc.

¹⁵ Cf. Osório, 1999.

¹⁶ Depois de um crime horrível ocorrido em uma embarcação que navegava no complexo fluvial-lacustre gaúcho, a Assembléia Provincial discutiu um projeto que obrigava que os barcos que trafegavam em território sul-rio-grandense tivessem pelo menos como capitão um homem livre. Cf. Piccollo, 1998.

¹⁷ Com tais dados, contestamos a seguinte afirmação: “Ficou claro que o trabalho escravo era utilizado nas atividades de apoio à atividade produtiva da estância. Aos escravos cabiam as tarefas de produção dos meios de subsistência, exceto a carne bovina, para si e para os demais trabalhadores. Seu trabalho não era, portanto, essencial para a reprodução do rebanho na estância, ou seja, da mercadoria produzida nesse latifúndio pecuário.” In: Targa, L.R.P.: As diferenças entre o escravismo gaúcho e o das *plantations* do Brasil, pág. 57.

verifica-se que havia mais escravos lidando com o gado do que com a agricultura no Rio Grande do Sul.

No que toca aos problemas políticos entre os Impérios Português e Espanhol e do Brasil com a Argentina e com o Uruguai, supostamente impeditivos da existência da escravidão na fronteira, devem-se considerar os seguintes aspectos, alguns dos quais apenas recentemente estudados:

1. houve escravidão na Argentina e no Uruguai e, ao contrário do que se supõe, não foi uma instituição insignificante¹⁸;
2. ainda que a escravidão tenha sido abolida nos países platinos quando da independência de cada um, no Uruguai ela persistiu, embora abolida, pelo menos até 1846¹⁹;
3. os estancieiros brasileiros e uruguaios conviviam com uma fronteira indefinida e porosa, o que levava uns e outros a possuírem, de ambos os lados da atual fronteira, propriedades rurais em que havia escravos trabalhando. Mais do que isto, transformou-se em incidente diplomático, depois de definitivamente abolida a escravidão, a insistência dos estancieiros brasileiros em desrespeitarem a soberania uruguaia ao fazerem transitar seus escravos entre as propriedades que tinham nos territórios uruguaio e brasileiro²⁰;
4. as charqueadas uruguaias também empregavam trabalhadores escravos²¹.

Em outras palavras, é um equívoco supor que a fronteira era uma região onde a propriedade escrava corria sérios riscos pela instabilidade política decorrente das disputas de diferentes estados soberanos, portadores de diferentes relações de produção. Não negamos as disputas, mas a suposição de que elas eram empecilho à propriedade escrava.

¹⁸ “Toda la documentación que hemos presentado al lector – y en especial, los censos y los inventarios – desnudan la realidad del papel relevante que juega la esclavitud en la campaña durante todo el periodo. Además, la lenta extinción de la esclavitud, con los sobresaltos y retrocesos ya señalados (como el fenómeno de la aplicación de la Ley del Corso durante la guerra con el Brasil), indican lo difícil y larga que fue la transición – que podemos considerar casi finalizada a mediados del XIX – hacia un dominio del trabajo asalariado en las empresas agrarias rioplatenses.” Cf.: Garavaglia, 1999 – pág. 358.

¹⁹ O Brasil não foi o único país a produzir “leis para inglês ver”. O tráfico de escravos foi proibido para o Uruguai muito antes de ser proibido para o Brasil, assim como a Lei do Ventre Livre uruguaia precedeu a brasileira em quase 60 anos. Por fim, a abolição da escravidão se produziu na República da Banda Oriental do Uruguai, chamada de “Estado Oriental”, juntamente com a independência da Espanha. Pode-se dizer que todas estas leis “não pegaram” por lá, havendo tráfico, escravidão e escravização de filhos de escravas até a década de 40 do século XIX, apesar das restrições legais existentes. Cf. Borucki, Chagas e Stala, 2000.

²⁰ Os incidentes diplomáticos não se resumiram à introdução de escravos no Uruguai depois de abolida a escravidão. Na década de 50 deu-se o seguinte: bandos de brasileiros armados invadiam o território uruguaio afim de capturar negros e trazê-los para o Brasil, fazendo nos pampas o mesmo que faziam os pumbeiros em Angola antes da abolição do tráfico transatlântico de escravos. O governo do Uruguai entendia tais atos como rapto e escravização de cidadãos uruguaios

²¹ Isto põe em dúvida a afirmação de Fernando Henrique Cardoso a respeito da maior produtividade das charqueadas uruguaias. Para este autor, o uso de trabalhadores livres para produzir charque no Prata resultava em uma maior eficiência das unidades produtivas platinas, o que tornava o produto uruguaio e argentino mais barato do que o pelotense. A Guerra dos Farrapos, segundo este autor, seria uma reação senhorial aos impostos internos ao Império e incidentes sobre o charque do Rio Grande do Sul, os quais tornavam ainda menos atrativo o produto gaúcho no mercado nacional.

Há que se dizer, ainda, que, de fato, castelhanos e platinos invadiram poucas vezes, nos séculos XVIII e XIX, o território gaúcho. Rio Pardo, uma das comarcas aqui analisadas e cuja sede dista de Porto Alegre menos de 100 km a montante do Jacuí, nasceu como um quartel na fronteira dos territórios espanhol e português na América do Sul. A sede da comarca de Rio Grande, no encontro do Oceano com a Lagoa dos Patos, chegou a ser invadida e ocupada pelos espanhóis no século XVIII, nas disputas que envolviam a Colônia de Sacramento, na embocadura do Rio da Prata. Uruguaiana foi atacada pelo exército paraguaio na Guerra da Tríplice Aliança e as Missões só foram definitivamente incorporadas ao território gaúcho no início do século XIX. Por outro lado, inúmeras foram as intervenções portuguesas e brasileiras, militares ou diplomáticas, no Prata e ainda há que se considerar que a Guerra dos Farrapos levou à paralisação das charqueadas quando Pelotas foi tomada pelos rebeldes entre 1835 e 1844. Em outras palavras, não se pode negar a presença rotineira de exércitos em luta, mas elas parecem ter sido mais frequentes do outro lado da fronteira.

3. Risco de Fuga de Escravos no Rio Grande do Sul

Apesar do que se afirmou sobre as guerras e sobre o problema da vigilância sobre os escravos, a escravidão persistiu até 1884 em Porto Alegre, São Leopoldo e Rio Pardo. Em Bagé, Rio Grande e Pelotas persistiu até 1887. Fugir, ato a que supostamente estariam mais propensos os escravos no Rio Grande do Sul, pela posição geográfica do estado e pelo uso de cavalos no pastoreio do gado, nem sempre era uma empresa trivial, seja rumo ao Uruguai, seja para permanecerem na própria província. Afirmamo-lo pelo seguinte: ainda que os inventários não sejam fonte privilegiada para estudar escravos fugitivos, encontramos registros deste tipo de situação. Do avultado número de cativos de que tivemos notícia, apenas 29 foram declarados fugitivos, sendo 27 homens e duas mulheres distribuídos pelas seis comarcas segundo a tabela abaixo:

Tabela 2: Número de Escravos Fugidos e Registrados nos Inventários, Segundo a Comarca em que foram produzidos.

	fugidos	Percentual sobre o total de escravos da comarca
Pelotas	10	0,37
Bagé	8	1,51
Porto Alegre	6	0,34
Rio Grande	1	0,10
Rio Pardo	3	0,18
São Leopoldo	0	0
RS	28	0,37

Na tabela acima, é notável a diferença entre Bagé e as demais comarcas: 1,51% dos escravos bageenses foram declarados fugitivos. A diferença pode ser explicada pela posição geográfica do município de Bagé: sua sede dista poucos quilômetros da fronteira com o Uruguai e é o único, na tabela acima, nesta situação. Os dados acima parecem corroborar, portanto, a hipótese de que a fronteira facilitava a fuga, do que não discordamos.

O Uruguai era um dos destinos dos escravos fugitivos, mas não era o único: seis dos 29 escravos declarados fugitivos tinham destino conhecido, quais sejam: Antônio, de Porto

Alegre, era prisioneiro dos rebeldes, isto é, dos farrapos²²; Luísa Parda e Francisco Pardo, de Pelotas, estavam em Montevideú, sendo que ele era ourives²³; João Pedro Preto e João Preto²⁴, de Bagé, estavam fugidos no “Estado Oriental”; Francisco, africano, que estava fugido na Campanha chegou a ser vendido, em 1845, por 800 mil-réis pelo herdeiro dos bens de seu dono²⁵. Não sabemos que destino tiveram os outros 23, mas não foram raros os quilombos no Rio Grande do Sul, como o demonstra a toponímia, indicando que muitos fugitivos ficavam em território gaúcho²⁶.

Acresça-se a tais informações o fato de que, dos 29 escravos declarados fugidos, nada menos de 14 tinham preço diferente de zero. Qual o significado disto? O preço de um escravo representa o somatório dos rendimentos líquidos futuros que a sociedade escravista, seja brasileira, gaúcha, cubana, norte-americana etc. esperava que o cativo produzisse, ponderados por uma determinada taxa de desconto, à maneira dos ativos em geral em uma sociedade capitalista. Se não houvesse a expectativa de receber tais rendimentos, então o preço do escravo deveria ser zero, o que se verificou com 15 dos 29. Os donos destes, aparentemente, não esperavam recapturá-los e, por isto, embora inventariados, foram avaliados por preço nulo. Já os outros 14, por terem preços não nulos, indicavam a esperança de virem a ser recapturados, sendo que dois deles eram os escravos de Bagé, João e João Pedro Preto, mencionados acima e fugidos no Uruguai.

A percepção do risco de fuga de um escravo em comparação com outros iguais a ele, mas menos propensos a fugir, pode ser calculado de maneira semelhante à que os investidores internacionais usam para calcular o “risco Brasil”, isto é, a possibilidade de os brasileiros não honrarem os compromissos financeiros internacionais por eles assumidos. O anacronismo é o pecado maior do historiador. É correta a analogia entre o risco de fuga de um escravo e o risco de calote? Sim, sob certos aspectos, afinal as variações dos preços dos escravos, por motivo de fuga, conviveram com variações nos preços dos títulos brasileiros da época do Império. São fenômenos que coexistiram no tempo e cujos princípios são os mesmos, como demonstraremos abaixo²⁷:

Algebricamente, podemos raciocinar nos seguintes termos:

²² Pertencia a Manoel Carneiro da Silva Fontoura, registrado no inventário 809, maço 83, do Cartório do Segundo Ofício de Porto Alegre.

²³ Pertencentes, respectivamente, à Dona Raquel Freire de Andrade e a Antônio Pereira da Silva, cujos inventários foram registrados no Cartório de Órfãos e Ausentes de Pelotas sob os números 448 e 451, maço 30.

²⁴ Pertenciam, respectivamente, a Manoel Fernandes de Sousa e a José Antônio Dias e Maria Úrsula Ferreira.

²⁵ Pertencia a Sebastião José dos Santos e foi comprado por Evaristo José de Moura em primeiro de abril de 1845. O pedido de autorização de venda foi encaminhado ao juiz em primeiro de abril de 1845 e uma cópia foi anexada ao inventário de número 160, maço 9, do Primeiro Cartório do Cível de Porto Alegre. É notável que o vendedor tenha declarado, ao juiz, que o comprador tinha plena consciência de que o objeto da transação se encontrava fugido.

²⁶ Por exemplo, diante de Porto Alegre, no Guaíba, temos a Ilha do Quilombo. Em Gramado, cuja prefeitura esforça-se por atrair turistas por meio da promoção de eventos ligados à imigração alemã e, para tanto, afirma ser “naturalmente européia”, temos o Vale do Quilombo como uma das atrações turísticas. Tem-se, por fim, o município de Camaquã, que em tupi significa refúgio dos negros.

²⁷ O historiador norte-americano, William Summerhill, tem se dedicado ao estudo do mercado financeiro no Brasil no século XIX. Devemos a ele as informações, ainda não publicadas, sobre o risco-Brasil daquela época.

$$(1) Pa = Pcusto + rPcusto;$$

$$(2) Pa = Pcusto - rPcusto, onde :$$

$Pcusto$ é o preço de mercado do ativo na ausência de risco;

Pa é o preço do ativo;

r é a probabilidade de ocorrência do sinistro que leva à perda do ativo, sendo $0 \leq r \leq 1$, isto é, se não há risco, então a variável $r=0$; se há certeza de que o evento relacionado ao risco ocorrerá, então $r=1$.

As equações acima representam duas situações distintas relacionando o preço de um ativo ao risco de perdê-lo. Na equação 1 temos a situação em que existe um mercado de seguros para o ativo em questão e, por isto, o custo do ativo para quem o possui corresponderá ao preço de custo do bem acrescido de uma fração (r) deste preço, correspondente ao valor, em termos monetários, do risco de ocorrência do sinistro²⁸. Podemos exemplificar o que dissemos por meio do mercado de seguros contra furto de automóveis no Brasil: o custo de se ter um automóvel não se resume ao que se paga ao fabricante. Acresce-se a tal dispêndio o custo de seu seguro, o qual será maior ou menor conforme o valor de “ r ”. Em cidades onde a frequência de furtos é maior, a seguradora cobra um valor maior para a realização do seguro. De igual maneira, as seguradoras sabem quais veículos são mais visados, razão pela qual, além da cidade, leva-se em consideração também o modelo, o local em que fica estacionado a maior parte do dia e da noite, o perfil de quem o dirige etc.

Na equação 2 temos a situação que encontramos em Bagé: não há um mercado de seguros contra a fuga de escravos. Neste caso, o preço do ativo cai em função da percepção, por parte da sociedade, do risco de perda da propriedade. Algo semelhante ocorreu, por exemplo, com os títulos brasileiros às vésperas das eleições presidenciais de 2002. De igual maneira, ocorreu também com os preços dos escravos fluminenses ante o fortalecimento do Abolicionismo, tal como informa Pedro Carvalho de Mello. Assim, o aumento do risco da supressão de um direito de propriedade leva à redução dos preços desta propriedade, o que se deu também no Rio Grande do Sul quando o movimento abolicionista penetrou na província, a partir de 1880, como pode ser visto no Gráfico 1.

Não é impróprio partir de argumentos como os apresentados nesta seção para verificar a hipótese de que os escravos de Bagé eram mais propensos à fuga. Para verificar se os preços dos escravos de Bagé eram afetados pela condição fronteiriça, é necessário saber se eles eram mais baratos do que aqueles que não estavam localizados na fronteira, a partir do raciocínio expresso na equação 2.

Os escravos não eram mercadoria homogênea e os inventários do Rio Grande do Sul, assim como os produzidos em vários outros lugares do Brasil, reconhecem-no, razão pela qual nas avaliações acresciam-se, à informação sobre os preços, algumas das variáveis

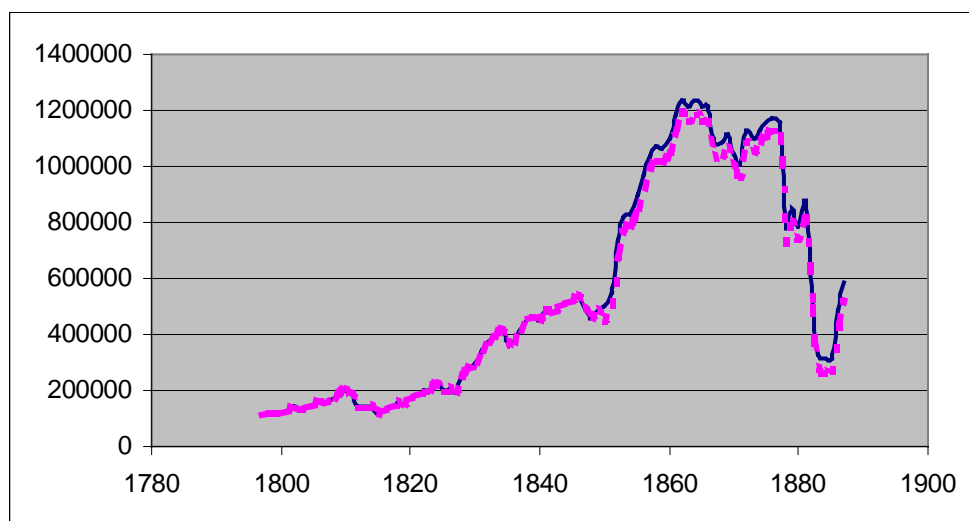
²⁸ No Brasil, companhias seguradoras existem desde o início do século XIX: João Luiz Fragozo informa, em sua tese de doutorado, que os maiores traficantes de escravos do Rio de Janeiro eram, na época da Independência, precisamente os maiores acionistas das companhias de seguro existentes por lá. Dada a existência de um mercado de seguros no século XIX, não cremos que seja um equívoco atribuir às pessoas do Dezenove este tipo de raciocínio.

que os influenciavam como a idade, o sexo, o estado de saúde e a profissão, além da origem do cativo.

Uma maneira de homogeneizar os escravos, de modo a entender as relações existentes entre os preços atribuídos a cada tipo, é eleger uma categoria como sendo aquela a que todas as outras se referem. Uma outra razão para proceder assim dá-se em razão das variações de preços ocorridas ao longo do Dezenove. Uma vez que nossa amostra encontra-se dispersa por 90 anos, é necessário proceder à homogeneização de maneira a eliminar a influência das conjunturas econômicas sobre os preços dos cativos.

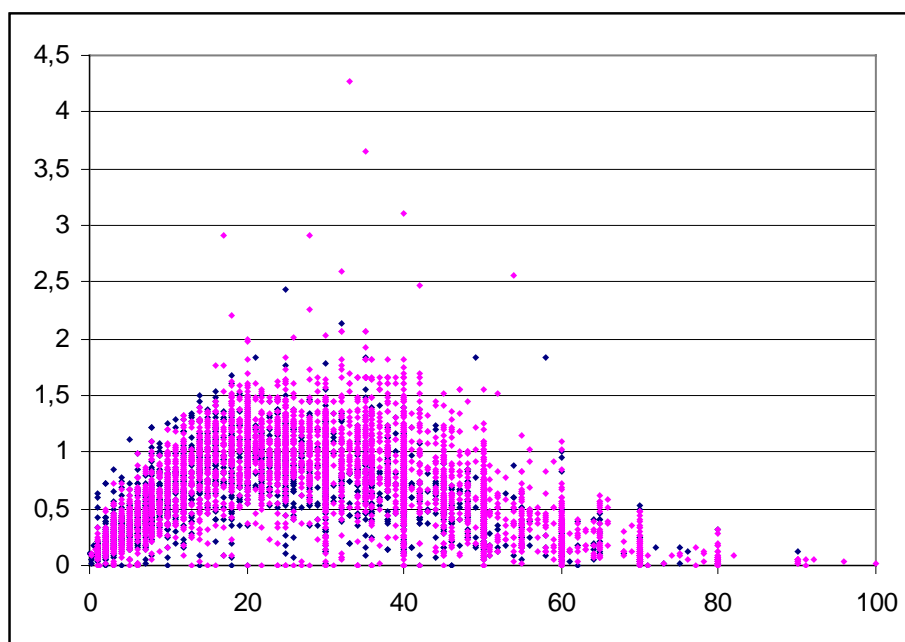
Elegemos, como padrão, os chamados escravos de primeira linha, isto é, aqueles com as seguintes características: ser sadio, do sexo masculino e contar de 20 a 30 anos de idade. O Gráfico 1 representa a variação dos preços médios deste tipo de cativo no Rio Grande do Sul e em Bagé ao longo de 90 anos:

Gráfico 1: Preços Médios dos Escravos de Primeira Linha Gaúchos e Bageenses entre 1797 e 1887.



Perceba-se que, tal como explicado adiante, os preços dos cativos de primeira linha de Bagé mantêm-se iguais aos do resto do Rio Grande do Sul até 1850, quando então passam a ser menores. Eleito o escravo padrão e descoberta qual a variação dos preços deste tipo de cativo ao longo do período estudado, divide-se o preço de avaliação de cada cativo de nossa amostra pelo preço do tipo padrão no ano em que foi avaliado. Por tal metodologia chega-se ao preço relativo de cada indivíduo, o que é ilustrado pelo gráfico 2.

Gráfico II – Preços relativos, em função da idade, dos escravos do Rio Grande do Sul entre 1797 e 1887



No gráfico 2, cada ponto representa o preço relativo de um escravo. Verifica-se que a distribuição dos pontos no gráfico segue um determinado padrão a depender da idade: ao nascer, o preço relativo do escravo é muito próximo de zero. O mesmo ocorre no envelhecimento. Entre um momento e outro, os preços sobem. Entre os 20 e 30 anos, a dispersão dos pontos gravita em torno de 1, o preço do escravo padrão a que nos referimos acima.

A idade, sozinha, não era suficiente para explicar o preço de um escravo. Além disto, o sexo, as habilidades, o caráter²⁹, a origem e o estado de saúde eram importantes. No caso de Bagé, além de algumas destas variáveis, procuramos verificar se a localização fronteiriça era relevante.

Os resultados das análises de regressão, que resumimos abaixo, procuram responder à seguinte pergunta: qual o peso da especialização do cativo, de seu estado de saúde e da localização, na fronteira com o Uruguai, no aumento ou redução do preço do escravo.

Tabela 3: Aumento ou redução dos preços dos escravos gaúchos, em diferentes períodos, segundo o estado de saúde, o conhecimento de ofícios e a localização em Bagé.

	Homens até 1849	Homens de 1850 a 1887	Mulheres até 1849	Mulheres de 1850 a 1887
Saúde	-0.25	-0.25	-0.24	-0.16
Ofício	0.16	0.15	0.12	Não significativo
Bagé	Não significativo	-0.09	0.10	Não significativo

²⁹ Há registros desta variável, ainda que não muito freqüentemente, nos seguintes termos: irascível, bêbado, fujão, vicioso etc.

Todos os algarismos da tabela acima são medidos em relação ao escravo de primeira linha. Por exemplo: possuir o conhecimento de algum ofício aumentava os preços dos escravos em 15% do preço do escravo de primeira linha, entre 1850 e 1887, e em 16% entre 1797 e 1849. As mulheres também têm os preços aumentados se possuírem tal característica, mas apenas no primeiro período, já que no segundo, os resultados dos testes estatísticos empregados refutam a hipótese de aumento do valor pela razão mencionada. Os resultados referentes à variável “saúde” são coerentes com a teoria: escravo doente é escravo desvalorizado em todos os períodos.

Os escravos de sexo masculino de Bagé, por fim, têm seus preços aviltados após 1850. Este resultado se coaduna com a hipótese de que a percepção do mercado de escravos, quanto ao risco de fuga, foi modificada com a abolição da escravidão no Uruguai. Em comparação com os inventariados em outros lugares do Rio Grande do Sul, eles se tornam mais baratos que os demais em 9% do valor do escravo de primeira linha. Antes de 1850, as diferenças são não significativas.

No caso das mulheres, para o período de 1850 e 1887, as diferenças de preços entre as bageenses e as demais se tornam não significativas, quando foram significativas no período anterior a 1850. Interpretamos tal resultado da seguinte maneira: tal como com os homens, a abolição da escravidão no Uruguai aumentou o risco de fuga e, portanto, se antes de 1850, as diferenças são favoráveis às escravas de Bagé, após tal data as diferenças entre os preços delas e das demais desaparecem. O que levava as mulheres de Bagé a serem mais caras na primeira metade do século XIX? Certamente, uma maior produtividade deste tipo de cativa em comparação com as outras, ainda que não saibamos dizer exatamente o que levava a isto.

Logicamente, se, como acabamos de dizer, os preços dos escravos dependem da produtividade dos mesmos, pode-se supor que as variações dos preços podem ser atribuídas a variações da produtividade entre os períodos, o que não descartamos. Queremos enfatizar, todavia, que os resultados obtidos são coerentes com a hipótese de que a fronteira se torna um local inseguro para a propriedade escrava apenas depois de abolida definitivamente a escravidão no Uruguai, o que refuta a idéia de que era inviável ter escravos na fronteira desde sempre.

5. Conclusões

Ao longo deste artigo procuramos tratar da escravidão no Rio Grande do Sul verificando se algumas das afirmações feitas a seu respeito, por alguns economistas e historiadores, além da indústria cultural e do Movimento Tradicionalista, eram válidas. Vimos que:

1. ao contrário do imaginado, a escravidão não era incompatível com a criação de gado;
2. a fronteira com o Uruguai não impedia a existência de escravos nem na região fronteiriça, nem em locais mais afastados dela como Porto Alegre;
3. embora não impedisse a existência da escravidão, ter escravos homens na fronteira, após 1850, significava um aumento do risco de perda de tal ativo, o que a variação negativa dos preços de tais homens corrobora.

A escravidão do século XIX e de séculos anteriores, por suas características universais traduzidas pelos mercados de escravos, mais une do que separa o Rio Grande do Sul do restante do Brasil. As diferenças entre a sociedade gaúcha e o restante do Brasil devem ser buscadas em outros elementos e em períodos menos remotos.

4. BIBLIOGRAFIA

- BORUCKI, A., CHAGAS, K., e STALLA, N.: *Esclavitud y Trabajo – un estudio sobre los afrodescendientes en la frontera uruguaya 1835-1855*, Montevideo, Pulmón, 2004.
- FONSECA, P.C.D.: 1930: A Revolução Parte do Sul, In: TARGA, L.R.P. (org): *Breve Inventário dos Temas do Sul*, Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1998.
- FONSECA, P.C.D.: *Vargas: o capitalismo em construção*, São Paulo, Brasiliense, 1999.
- FREITAS, D.: *O Capitalismo Pastoril*, Porto Alegre, Escola Superior de Teologia de São Lourenço de Brindes, 1981.
- FRAGOSO, J. L.: *Homens de Grossa Aventura – acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro 1790-1830*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1998.
- FURTADO, C.: *Formação econômica do Brasil*, Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1962.
- GARAVAGLIA, J.C.: *Pastores y labradores de Buenos Aires – una historia agraria de la campaña bonaerense 1700-1830*, Buenos Aires, Ediciones de la Flor, 1999.
- HERRLEIN Jr, Ronaldo: *Rio Grande do Sul, 1889-1930: um outro capitalismo no Brasil Meridional?*, Campinas, Tese de Doutorado Apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, 2000.
- MELLO, Pedro Carvalho de: “Aspectos Econômicos da Organização do Trabalho da Economia Cafeeira do Rio de Janeiro, 1850-88”, **Revista Brasileira de Economia**, 32(1): 19-67, 1978.
- PICCOLO, H. I. L. (org): *Coletânea de Discursos Parlamentares da Assembléia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1998.
- PRADO JÚNIOR, C.: *Formação do Brasil Contemporâneo*, São Paulo, Publifolha, 2000.
- OSÓRIO, H.: *Estancieiros, Lavradores e Comerciantes na Constituição da Estremadura Portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*, Tese de Doutorado Apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 1999.
- SAINT-HILAIRE, A.: *Viagem ao Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, Erus, 1987.
- TARGA, L.R.P.: As diferenças entre o escravismo gaúcho e o das plantations do Brasil, In: TARGA, L.R.P.(org): *Gaúchos e Paulistas – dez escritos de história regional comparada*, Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatística Sigfried Emanuel Heuser, 1995.
- TARGA, L.R.P.: O Rio Grande do Sul: fronteira entre duas formações históricas, In: Targa, L.R.P.: *Gaúchos e Paulistas: dez escritos de história regional comparada*, Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatística Sigfried Emanuel Heuser, 1996.

5. Apêndice

Tabela 1 – “Profissões” declaradas dos escravos inventariados

Profissão	Quantidade	Profissão	Quantidade
Agricultor	4	ferreiro	15
Alfaiate	32	gaveiro	1
Aprendiz	1	graveiro	3
aprendiz de carpinteiro	1	graxeiro	6
aprendiz de sapateiro	1	ilegível	11
Balieiro	1	jornaleiro	1
Balseiro	1	lavadeira	14
Barbeiro	12	lavrador	21
Boleiro	2	lombilheiro	2
Boliceiro	2	marceneiro	3
Bolixeiro	1	marinheiro	89
Calafate	5	moleiro	1
Campeira	3	oficial de alfaiate	1
Campeiro	262	oficial de carapina	1
Campeiro e domador	3	oficial de pedreiro	1
campeiro e roceiro	1	oleiro	4
Cangalheiro	1	ourives	1
Cangueiro	4	padeiro	1
Canoeiro	6	pastoreava	1
Capitão	6	pedreiro	59
Carapina	1	pintor	2
Carnador	0	pouco campeira	2
Carneador	89	princípio de ferreiro	1
Carpineiro	1	princípios de ofício de marceneiro	1
Carpinteiro	58	rendeira	2
carpinteiro e tulheiro	1	roceira	3
Carreiro	6	roceiro	85
Carrieiro	1	salgador	23
Carroceiro	3	sapateiro	44
Cavadeira	1	sebeiro	1
charqueador	2	serigueiro	1
Copeiro	3	serrador	6
Corvina	1	servente	36
Cozinha	1	serviçal	18
Cozinheira	22	serviço doméstico	3
Cozinheiro	40	tamanqueiro	1
de todo serviço	11	tanoeiro	2
descarnador	1	todo serviço	1
descarneador	3	tripeiro	5
Domador	18		
Enfermeiro	1		
engomadeira	5		
engomadeira	5		
Falquejador	13		

Para analisar o peso dos ofícios, do estado de saúde e da localização na determinação dos preços relativos dos escravos, fizemos uso de variáveis “dummies”, atribuindo o valor de 1 para os escravos com “profissão” declarada e 0 para aqueles que não se enquadram neste caso; 1 para os escravos doentes e 0 para os que não informaram doença e, finalmente, 1 para os escravos de Bagé, atribuindo-se 0 para os demais.

Levamos em conta, para explicar os preços relativos, também as idades dos cativos. Adotamos o mesmo procedimento empregado por Pedro Carvalho de Mello, isto é, já que os preços dos escravos gaúchos, a exemplo dos mineiros, dos fluminenses, dos paulistas, dos norte-americanos e dos cubanos têm a forma de uma parábola, optamos por testar diferentes especificações com polinômios para as idades. Mantivemos o polinômio de maior grau que não foi rejeitado.

Em outras palavras, para homens e para mulheres, segundo os períodos de 1797 a 1849 e de 1850 a 1887, especificamos as seguintes equações para serem testadas por meio do método dos mínimos quadrados ordinários:

$$\text{preçorelativo} = \beta_0 + \beta_1 \text{idade} + \beta_2 \text{idade}^2 + \dots + \beta_n \text{idade}^n + \\ + \beta_{n+1} \text{dsau} + \beta_{n+2} \text{dprof} + \beta_{n+3} \text{dbage}, \text{onde}$$

dbage corresponde à “dummy” para os escravos inventariados em Bagé;
dsau corresponde à “dummy” para os escravos doentes;
dprof corresponde à “dummy” dos escravos com profissão declarada.

Calculamos, por meio do programa Eviews, os resultados que apresentamos abaixo:

Para os homens de 1797 a 1849:

Dependent Variable: PRELMASC9749

Method: Least Squares

Date: 08/04/06 Time: 16:28

Sample(adjusted): 1 2196

Included observations: 2196 after adjusting endpoints

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	-0.048263	0.029846	-1.617078	0.1060
IDADE	0.112369	0.004687	23.97461	0.0000
IDADE2	-0.003815	0.000224	-17.05063	0.0000
IDADE3	4.56E-05	4.00E-06	11.38894	0.0000
IDADE4	-1.88E-07	2.36E-08	-7.961950	0.0000
DSAU	-0.254604	0.024297	-10.47891	0.0000
DPROF	0.159448	0.016096	9.905965	0.0000
DBAGE	0.063579	0.035113	1.810667	0.0703
R-squared	0.511435	Mean dependent var		0.784137
Adjusted R-squared	0.509872	S.D. dependent var		0.388365
S.E. of regression	0.271891	Akaike info criterion		0.236807
Sum squared resid	161.7476	Schwarz criterion		0.257552
Log likelihood	-252.0142	F-statistic		327.2029
Durbin-Watson stat	1.275074	Prob(F-statistic)		0.000000

Para os homens de 1850 a 1887:

Dependent Variable: PREL
 Method: Least Squares
 Date: 08/07/06 Time: 18:38
 Sample: 1 1876
 Included observations: 1876

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	-0.018676	0.032152	-0.580877	0.5614
IDADE	0.090901	0.003416	26.60892	0.0000
IDADE2	-0.002347	9.81E-05	-23.92172	0.0000
IDADE3	1.51E-05	8.07E-07	18.75723	0.0000
DSAU	-0.251651	0.040117	-6.272858	0.0000
DPROF	0.148049	0.019404	7.630015	0.0000
DBAGE	-0.095359	0.027763	-3.434701	0.0006
R-squared	0.442035	Mean dependent var		0.727480
Adjusted R-squared	0.440244	S.D. dependent var		0.484403
S.E. of regression	0.362415	Akaike info criterion		0.811672
Sum squared resid	245.4833	Schwarz criterion		0.832332
Log likelihood	-754.3480	F-statistic		246.7791
Durbin-Watson stat	1.387423	Prob(F-statistic)		0.000000

Para as mulheres, de 1797 a 1849:

Dependent Variable: PREL
 Method: Least Squares
 Date: 08/04/06 Time: 19:22
 Sample: 1 1174
 Included observations: 1174

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	0.016232	0.025366	0.639895	0.5224
IDADE	0.094701	0.003609	26.23712	0.0000
IDADE2	-0.002787	0.000135	-20.65116	0.0000
IDADE3	2.12E-05	1.41E-06	15.06816	0.0000
DPROF	0.121903	0.053822	2.264944	0.0237
DSAU	-0.241468	0.038576	-6.259492	0.0000
DBAGE	0.096952	0.039681	2.443295	0.0147
R-squared	0.510757	Mean dependent var		0.697389
Adjusted R-squared	0.508242	S.D. dependent var		0.361220
S.E. of regression	0.253307	Akaike info criterion		0.097517
Sum squared resid	74.88003	Schwarz criterion		0.127736
Log likelihood	-50.24265	F-statistic		203.0529
Durbin-Watson stat	1.803416	Prob(F-statistic)		0.000000

Para as mulheres de 1850 a 1887:

Dependent Variable: PREL
 Method: Least Squares
 Date: 08/04/06 Time: 19:40
 Sample: 1 1215
 Included observations: 1212
 Excluded observations: 3

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	0.023228	0.023120	1.004642	0.3153
IDADE	0.080562	0.003112	25.88636	0.0000
IDADE2	-0.002248	0.000109	-20.60232	0.0000
IDADE3	1.60E-05	1.07E-06	14.96058	0.0000
DSAU	-0.159107	0.034294	-4.639503	0.0000
DPROF	0.051597	0.030663	1.682695	0.0927
DBAGE	-0.006928	0.019911	-0.347934	0.7280
R-squared	0.495508	Mean dependent var		0.606710
Adjusted R-squared	0.492996	S.D. dependent var		0.337520
S.E. of regression	0.240328	Akaike info criterion		-0.007862
Sum squared resid	69.59808	Schwarz criterion		0.021594
Log likelihood	11.76436	F-statistic		197.2567
Durbin-Watson stat	1.802095	Prob(F-statistic)		0.000000